



MERCADOS POPULARES OU CAMELÓDROMOS: NASCIMENTO E VARIAÇÕES DE UM OBJETO ARQUITETÔNICO.

Angela Moreira

PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura / FAU / UFRJ.

E-mail: palas@netfly.com.br

Este trabalho é parte de uma pesquisa acerca da atratividade dos mercados populares e suas relações com o comércio, a cidade do Rio de Janeiro e a intervenção do Estado na criação e evolução deste objeto arquitetônico. Para entendermos a aparição e a estruturação deste O.A. no espaço urbano, temos que compreender o momento que ele aparece, momento de crise econômica aguda e de depreciação do centro da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 80, onde eclodirá uma série de conflitos, alguma vez violentos, entre o Estado e os ambulantes, cujo ponto culminante foi a cristalização deste objeto arquitetônico – os mercados populares ou camelódromos como foram chamados. A história deste objeto arquitetônico pode ser dividida em diversas fases, apresentaremos aqui a duas primeiras:

PRIMEIRA FASE : DOS CONFLITOS AO PRIMEIRO CAMELÓDROMO NA PRAÇA ONZE.

A atividade de comércio ambulante cresceu substancialmente no Rio de Janeiro à partir da década de 70 e, em especial, na década de 80. Este fato vai provocar sucessivos conflitos entre a atividade formal e a informal, com a implicação do Estado no mesmo. Assim, o início da década de 80 foi o palco de uma série de atritos entre o Governo Municipal e os ambulantes, particularmente no centro da cidade, que viu-se invadido por esta atividade considerada, em muitos casos, como ilegal. Como uma forma de humanizar, coibir e regularizar a mesma, este governo cria os Mercados Populares com a finalidade de atender a crise de emprego, organizar o comércio ambulante que saturava as áreas da Central do Brasil e da Rua Uruguaiana no centro da cidade e minimizar as constantes reclamações de concorrência desleal do comércio formalmente estabelecido (o não pagamento de impostos e encargos sociais, o fato de negociarem com menores preços e o mascaramento de negócios irregulares eram os argumentos mais constantes). O ano de 1984 marca a gestação e criação, pelo então Prefeito Marcelo Alencar dos Centros de Comércio Populares (C.P.C.) (**Decreto Nº. 4615 de 12 de julho de 1984**) em toda a cidade, na esperança de conceder 4.782 licenças e só poderiam se dedicar à atividade de ambulante os deficientes físicos e os ambulantes tradicionais, que já estavam estabelecidos em seus pontos há muito tempo e já eram cadastrados, segundo o Prefeito. Os bairros/locais escolhidos para abrigá-los foram:

- Centro da cidade.
- Praça da Bandeira (Rua Elpídio Boamorte, com 255 ambulantes);
- Bonsucesso (Avenida Democráticos, com 316 ambulantes; Avenida Novo Rio, com 140 ambulantes);
- Penha (Avenida Braz de Pina, 84 vendedores);
- Méier, sobre o Viaduto Castro Alves (Avenida Amaro Cavalcanti, 412 ambulantes);
- Madureira (Rua Carolina Machado, 276 ambulantes; Rua João Vicente, 136 vendedores; Avenida Ministro Edgar Romero, 200);
- Cascadura (Praça Deputado José Souza Marques, 159 ambulantes; Rua Nerval de Gouveia, 60 ambulantes);
- Marechal Hermes (Rua João Vicente, 340 vendedores; Avenida General Cordeiro de Farias, 366 ambulantes; Praça 15 de Novembro, 132 vendedores; Rua Carolina Machado, 35 ambulantes);

- Bangu (Praça Horácio Hora, 106 ambulantes);
- Campo Grande (ao lado do Terminal Rodoviário, 577 vendedores);
- Pavuna (junto ao Rio Pavuna, 408 vendedores e Avenida Sargento de Milícias, 116 ambulantes).
- Na Zona Sul não deveria haver camelódromo. Nessa parte da cidade, apenas os casos de alguns deficientes físicos que já tenham pontos de venda tradicionais nos bairros deveriam ser fixados.

Para iniciá-los, o primeiro lugar escolhido foi a Praça XI, no centro do Rio, ao lado da Estação da Central do Brasil, onde tradicionalmente concentrava-se o comércio ambulante.

O CAMELÓDROMO DA PRAÇA XI:

O principal mercado popular deveria funcionar ali numa área livre de 24 mil metros quadrados¹, onde se apresentavam os circos. Ele teve como Administrador o Sr. Belmiro Martins Vaz. Este “camelódromo”, como foi chamado, deveria conter espaços para o comércio ambulante e para o lazer, a um custo de 210 milhões de cruzeiros, assim distribuídos:

- Um pequeno prédio para a administração;
- 214 barracas foram inicialmente previstas, depois 700 e, em seguida, 820 foram implantadas;
- Feirarte (feira de artesanato),
- Um depósito para guardar as barracas, todas desmontáveis;
- Um estacionamento para 80 carros;
- Um espaço reservado para os grandes circos que se apresentam na cidade (que foi reduzida devido à necessidade de espaço para mais barracas);
- Mobiliário Urbano: grades, 2 (orelhões) telefones públicos, cabine policial, sanitários, oito postes com lâmpadas de mercúrio e 47 coletoras de lixo;
- Área para a circulação arborizada e com bancos para descanso do público;
- Playground e espaço para o lazer, com duas quadras de vôlei, duas de futebol e uma quadra oval, para atividades múltiplas. O local tem 32 luminárias para que as quadras possam ser usadas à noite.

Ele deveria funcionar das 7h às 19h (inicialmente, depois mudado para 21 horas) de segunda a sexta-feira e de 7h às 16h (depois mudado para as 18 horas), aos sábados. Os critérios para a utilização das barracas foram estabelecidos pela Coordenação de Operações Especiais, sob a responsabilidade do Coronel Ananias Andrade, foram eles:

- Inscrição: comprovantes de residência de mais de dois anos no Município; pagamento de contribuição sindical; carteira de saúde; documento de identidade; três fotografias 3x4; taxas de Darj e ICM pagas, no total de Cr\$ 12 mil.
- Pagamento de taxa para cessão das barracas (licença, que custa Cr\$ 16.240 para tabuleiros - o valor, calculado de maio a dezembro, ficará reduzido para Cr\$10.086) e de Cr\$76.560 para carrocinhas de comida - Cr\$46.000, de maio a dezembro). Além disso, terá de arcar com as despesas da barraca, cujo valor a Prefeitura não soube calcular.
- Licença anual de, aproximadamente, Cr\$ 30 mil por barraca.
- Não seria possível a sublocação das barracas porque a licença de cada ambulante terá seu nome e foto, além da discriminação das mercadorias que deseja comercializar e a localização dos ambulantes será marcada com números pintados no chão e no final do dia, terão de retirar o tabuleiro e as mercadorias.

¹ Foram definidos que 9.320 metros quadrados - a partir da Rua de Santana - serão asfaltados e aproveitados para a instalação do Centro Popular de Comércio, no qual serão montadas 800 barracas de camelôs e dois banheiros. Dez mil metros quadrados do terreno abrigarão a Feirarte, e dois mil metros quadrados serão destinados ao estacionamento. O espaço que sobrar, junto ao Viaduto São Sebastião, será destinado aos circos, segundo o Diretor do Departamento Geral de Obras Públicas, Carlos Koeler.

- Os tabuleiros e carrocinhas foram padronizados², sendo obrigatório o uso de um recipiente para lixo³ ao lado do/a mesmo/a. Cada ambulante terá que fazer a barraca seguindo o modelo exigido pela prefeitura e será responsável por sua conservação.
- Também fixaram critérios para os produtos vendidos, só sendo permitidos:
 - . Em tabuleiros: artigos de artesanato; artigos de armarinho; doces e biscoitos empacotados; plantas e flores naturais; artigos de escritório e material escolar; artigos de couro e plástico; frutas e legumes; artigos de limpeza; estampas; artigos de toucador e perfumaria nacional e bilhetes de loteria.
 - . Nas carrocinhas (somente alimentos): pipocas; sorvetes e picolés; amendoins; milho cozido; balas; sanduíches e salgadinhos, desde que não preparados no local; refrigerantes, café, chocolate e leite aromatizado em recipiente fechado; algodão doce e churros.
 - . Não poderiam ser vendidas ali as seguintes mercadorias: bebidas alcoólicas, armas e munições, inflamáveis, explosivos, pássaros e animais, jóias, materiais de construção, objetos usados, remédios e ervas.
- A partir das 6h deverá ser feita a descarga e montagem dos tabuleiros e carrocinhas; a partir das 6h30m a arrumação das mercadorias e, a partir das 7h se iniciará a comercialização.
- O CPC não deveria funcionar aos domingos e feriados e nem no carnaval, mas nos domingos e feriados em que ocorrerem festividades públicas, o funcionamento poderia ser autorizado extraordinariamente.

Entretanto uma série de conflitos entre o Poder estadual, municipal e os ambulantes começara a surgir em virtude da escolha dos locais, considerados por este como pouco apropriado para o exercício do seu comércio. Assim temos:

- 120 artesãos da Cooperativa Artesanal do Estado Rio de Janeiro, ameaçados de transferência do Largo da Carioca, onde fazem ponto, para o Camelódromo da Praça Onze, pediram a interferência do Governador Leonel Brizola para evitar a mudança. Os integrantes do grupo alegaram que “não são camelôs e sim artesãos”, pagam impostos e usam uniformes. Eles lamentaram que o Prefeito Marcelo Alencar “não tenha cumprido a promessa” de garantir sua presença no Largo da Carioca e que se venha recusando a conceder-lhes audiência.
- Os camelos e mendigos do Largo da Carioca foram recebidos pelo Prefeito Marcelo Alencar esperava começar a resolver os problemas dos dois grupos no local. O Prefeito prometeu visitar todos os locais escolhidos e debater com os camelôs, em cada local, os critérios de escolha adotados, montando uma infra-estrutura que satisfaça aos ambulantes ou procurar, com eles, outros locais, sem violência como as que aconteceram no Méier.
- Além destes, o total de mais de 16 000 camelôs que costumam ocupar as calçadas do centro carioca se revoltaram. O motivo do conflito foi a construção do Centro Popular de Comércio da Praça Onze com apenas 820 vendedores devidamente cadastrados. Os outros não puderam receber o cadastro nem a entrada neste lugar, teriam que mudar de profissão ou ir para a periferia da cidade.
- A prova de residência gerou conflitos com os ambulantes que residiam nos municípios vizinhos, mas a Secretaria da Fazenda não abriu mão, pois o Centro destina-se a solucionar casos de desemprego temporário dos habitantes do município.
- Entretanto, pelos cálculos da Secretaria Municipal de Fazenda ainda existem dois mil ambulantes nas ruas e praças da Zona Sul, Centro e Tijuca, que não poderiam ocupar o Centro Popular de Comércio da Praça Onze, pois a seleção dos ambulantes foi feita de acordo com o regulamento do Centro e

² Os tabuleiros deverão medir 1 metro por 1 metro e as carrocinhas, 2,50 metros de comprimento por 1,80 metro de largura e 2 metros de altura, com tetos listrados de azul e branco (cores da prefeitura), serão de propriedade do ambulante.

³ Este recipiente deveria ter meio metro de altura (no máximo).



centenas de camelos oferecem mercadorias que não se enquadram nas exigências para licenciamento.

Todavia, o Camelódromo da Praça Onze não estava dando o lucro necessário e esperado pelos ambulantes, apesar da tentativa de introduzir shows e serestas no local, com rodas de samba todas as sextas-feiras, com a participação de vários conjuntos. Assim, desde setembro de 1985, a quase totalidade dos 14 000 metros quadrados antes ocupados pelo Camelódromo, na Praça Onze, centro do Rio, está coberta por instalações da Fábrica de Equipamentos Urbanos, uma empresa montada pelo governador Leonel Brizola para construir escolas e creches pré-fabricadas - e os camelôs não precisam mais se credenciar para poder trabalhar. Apenas 300 ambulantes aceitaram ir para lá e, muitos não ficaram nem um mês, pois o local não se situava em fortes fluxos de pedestres, portanto não possuía a clientela necessária que o negócio fosse mantido. Neste mesmo ano restavam somente ao lado da Fábrica de Equipamentos Urbanos, a sede do Centro Popular de Comércio e o playground - onde as crianças brincavam até 6 horas da tarde, pois depois disto o lugar era invadido por mendigos e marginais.

Para atender a demanda da Associação dos Moradores da Cidade Nova uma escola para meninos de rua foi criada neste local pela Prefeitura em 1987 - a Escola Municipal Tia Ciata, destinada à alfabetização de jovens a partir de 12 anos, com 500 vagas. O projeto previu um parque de 14.000 m² que deveria ser utilizado por toda a comunidade. O antigo camelódromo passou a ser utilizado como estacionamento e lazer.

Seu término foi decidido pela sua incapacidade de atendimento à principal lógica de apropriação do espaço do comércio informal, ou seja, aquela de seguir os principais fluxos de pedestres concentrados em alguns pontos específicos dos centros das cidades, no caso, principalmente ao lado da Estação da Central do Brasil que concentra os principais fluxos de pedestre do centro da cidade.

SEGUNDA FASE: A IMPLANTAÇÃO DEFINITIVA DOS MERCADOS POPULARES.

O GRANDE CAMELÓDROMO DA RUA URUGUAIANA:

A partir deste lugar vemos a instituição definitiva de um objeto arquitetônico (mais ou menos precário) para abrigar as práticas do comércio ambulante. Trata-se de uma edificação coberta subdividida em ruelas e boxes comerciais com um mínimo de infra-estrutura, condições de segurança e de conforto, mas que atende a um número cada vez maior de clientes, já tendo se especializado em produtos mais sofisticados, lazer e pequenos serviços para uma população de baixos e médios recursos, tais como o camelódromo da Rua Uruguaiana em pleno centro da Cidade do Rio de Janeiro, inaugurado em 1986 para, inicialmente 600 barracas, em uma área de 10.000 m², num terreno vazio pertencente ao Governo do Estado Rio de Janeiro/Secretaria Estadual de Viação e utilizado como estacionamento pela Coderte e depósito da Light. Passou a pertencer ao Metrô e foi cedido pelo Governo do Estado à Prefeitura, em julho de 1994. O então Prefeito do Rio, Saturnino Braga também criou nesta época⁴ o Departamento de Comércio Ambulante, que ficou encarregado da fiscalização, planejamento e controle deste tipo de comércio. Estas foram também parte de uma estratégia de revitalização da área central da cidade.

O mercado popular da Rua Uruguaiana está inserido na Área Central do Rio de Janeiro, dentro da Área de Preservação Ambiental e Cultural denominada Corredor Cultural. Ao nível do pavimento térreo, o metro deixou apenas uma plataforma de concreto armado e seus respiradouros. Portanto, ele é formado de cinco segmentos ou setores, divididos pelas ruas e pelos espaços dos respiradouros que viraram pequenas praças no interior do mercado popular.

⁴ JORNAL DO BRASIL, 11 de março de 1986.



A especificidade da estrutura já construída, de sua infra-estrutura, de seus equipamentos e de seu mobiliário urbano, influencia as representações sociais e as manifestações mais cotidianas da atividade ali. Mas também, as ações que engendram estes elementos e os vários tipos de usos diários reconstruem o ambiente segundo outras necessidades, referências identitárias, imaginários e símbolos, acentuando a capacidade criadora de cada indivíduo e dos seus grupos na cotidianidade. Assim, será preciso um esforço maior para compreender a ambiência e captar seu sentido para o grupo social em questão, que usa /recria o espaço e o tempo a sua maneira, pois o mesmo mantém certa dinâmica na elaboração dos espaços, tanto assim que dois anos depois de inaugurado o Mercado Popular da Rua Uruguaiana, em 1988/9, cerca de 1.500 pessoas ocuparam as áreas demarcadas nos cinco terrenos que compõem o mercado e vendiam de camisolas a cestos de vime, passando por brinquedos, bolsas, sapatos, despertadores, ventiladores de pé, vaso sanitário, videogame, CD, perfume francês, videogame, roupas, tênis, pilhas, relógios, barracas de comida, etc.⁵

Em 1997, a Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Centro do Rio de Janeiro (ACAC - RJ) já contabilizava 1.900 ambulantes em 1.486 boxes. No entanto, os comerciantes tinham motivos para reclamações, apesar de não enfrentarem mais a polícia nas ruas, alegavam que as vendas tinham caído muito (50%) e que a prefeitura não havia feito as obras de infra-estrutura prometidas, segundo João Pires, então assessor da ACAC – RJ.

Entretanto, o modelo do mercado popular, já era, em **2003**, considerado vetusto e novas fórmulas para revitalizá-lo estavam sendo estudadas, porém até hoje, 2007, não foram implantadas.

Todavia, depois da virada do século, uma série de problemas começou a surgir neste local, selecionamos os principais:

- **Os incêndios:**

Em 11 de fevereiro e em 03 de dezembro de 2001. O segundo atingiu 60 boxes, na quadra B, destruindo-os. Os comerciantes denunciaram que o local não estava protegido devidamente contra o fogo apesar de pagarem as devidas taxas à administração. Os bombeiros constataram que os hidrantes existentes não tinham água e o fogo teve que ser apagado com carro-pipa e foi necessário buscar água em um prédio a mais de 150 metros do camelódromo. Também não havia qualquer tipo de extintor de incêndio próximo às barracas.

O uso de botijões a gás (grande e de pequeno porte) põe em risco a vida dos ambulantes e de seus clientes, pois são mais sujeitos a explosão. O botijão mais utilizado pelos camelôs é o de 13 quilos, mas o de dois quilos - cujo risco de explosão é ainda maior, porque ele não possui válvula de escape, ao contrário dos grandes - também pode ser visto nas barracas da Uruguaiana. O Corpo de Bombeiros aconselha a utilização do aquecimento elétrico e 18 das 30 barracas de comida já haviam feito à troca.

- **As práticas comerciais como as vendas de pontos:**

Em 1999, um ponto no local podia ser negociado em torno de 10 a 15 mil reais. Em novembro de

⁵ Pesquisa elaborada pela Comente Comunicação comprova que 75% dos 1.200 entrevistados, com mais de 16 anos, no Rio de Janeiro, já fizeram pelo menos uma compra em ambulantes nos últimos 12 meses.

Motivos: o preço; diversidade de produtos; concentração de ofertas; facilidades (pagamento com o cartão de crédito aceito em algumas barracas); qualidade do produto. 903 pessoas já tinham comprado alguma coisa em camelôs do Rio, contra 297 que afirmaram não ter comprado nada nos últimos 12 meses. O item mais consumido é a bala. No ranking de preferência vêm discos CDs e fitas; outros; brinquedos; eletro; e vestuário. Dos entrevistados, 67% não confiam na qualidade do produto adquirido em camelôs. A maioria - 59% - conhece alguém que tem o hábito de comprar em camelôs mais de uma vez por mês. Dos 1.200 entrevistados, 56% não gostariam de maior número de barracas no bairro onde moram. O diretor da Comente, Guto Graça, diz que a preferência é maior em determinadas áreas.

- É curioso, mas a rejeição é muito grande, principalmente na Zona Sul do Rio. Em contrapartida, na Zona Oeste, 65% dos entrevistados gostariam de um maior número de barracas – analisa (JORNAL EXTRA, 22 de outubro de 2000).

2005, segundo Maria dos Camelôs, porta-voz da classe, ele já estava em 30 mil reais⁶.

- **A pirataria:**

Os camelódromos têm sido um palco constante para o exercício da fiscalização contra mercadoria pirateada, sobretudo CDS, vídeos, tênis, roupas e bolsas, consideradas como de grifes.

Segundo as autoridades eles constituíram estratégias específicas para obterem oportunidades para os negócios e, em alguns casos, recebem a proteção de policiais. O número de policiais que atuam nas redes de proteção dos ambulantes não é conhecido, mas, no último ano, quando a repressão aumentou na cidade, vários foram identificados. Alguns deles chegaram a se associar aos ambulantes, passando a controlar pontos de venda de mercadorias que deveriam combater.

O último caso em que um policial foi flagrado protegendo um grupo de ambulantes aconteceu semana passada em Bangu. Depois de apreenderem 400 maços de cigarros com um camelô na Rua Figueiredo Camargo, os guardas municipais foram surpreendidos por um sargento da PM, lotado no 3º BPM (Méier), que tentou recuperar o material à força. Armado de um revólver calibre 38, o policial chegou a intimidar os guardas. Não conseguiu e a confusão acabou na 34ª DP (Bangu). Os guardas descobriram que o PM era dono de vários pontos e sócio dos ambulantes.

Mapeando as atividades do comércio ilegal, a Guarda Municipal identificou na cidade do Rio 56 depósitos de ambulantes espalhados por 15 bairros. Também descobriu depósitos de mercadorias de camelôs em uma galeria movimentada da Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Ali, oito apartamentos são usados atualmente como depósitos. Os donos dos imóveis, segundo informações contidas em documentos da guarda, cobram semanalmente de R\$ 20 a R\$ 30 (por volume) dos ambulantes.

Para fazer apreensões nesses endereços é preciso mandado de busca e apreensão. E precisamos contar com a ajuda do Ministério Público e da Polícia Civil. E ainda temos um problema: quando conseguimos os mandados, as operações acabam vazando - disse o tenente-coronel Carlos Moraes Antunes, comandante da Guarda Municipal.

No Rio de Janeiro, estima-se que sejam vendidos cerca de 3,2 bilhões de cigarros ilegais por ano, 17% da quantidade total do produto consumida no estado. Desse total, 31 % são negociados em pontos de venda formais e 69%, pelos camelôs. Com o comércio ilegal, o estado deixa de arrecadar anualmente R\$ 55,9 milhões em ICMS e R\$ 76,7 milhões em impostos federais. Comparado com os demais estados, o Rio participa com 6% do volume total de vendas ilegais no país, de acordo com dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF).

A Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos estima um prejuízo anual, apenas no setor fonográfico, de mais de R\$ 250 milhões. Somente no ano passado foram apreendidos mais de 29 mil CDs piratas no Rio. “A ação do comércio ilegal no Rio passou há muito tempo a ser um problema de todos. É um dos braços do crime organizado no estado” - diz o tenente-coronel Antunes.

Segundo informações da Assessoria de Assuntos Internos (AAI), setor de inteligência da Guarda Municipal, nos últimos seis meses cresceu o comércio ilegal de CDs, fitas de vídeo, DVDS e de material fotográfico no Centro do Rio. Uma das novidades dos ambulantes no último ano é uma

⁶ Pelo direito ao uso, os camelôs pagam uma taxa de uso de área pública, no valor anual de R\$ 158 (2003). Por lei, as barracas não podem ser alugadas ou vendidas. Só é permitida a mudança de titularidade em caso de morte do permissionário. A partir daí, cabe à prefeitura decidir se a família tem ou não direito à exploração do espaço.

coqueluche também no mercado legal: câmeras de fotografia digital. As máquinas estão sendo contrabandeadas em grandes quantidades de Ciudad del Este, no Paraguai. A Guarda Municipal descobriu que as máquinas chegam ao Paraguai, patrocinadas pelas máfias chinesa e coreana, que bancam a importação legal da China.

A Guarda Municipal também identificou uma série de lojas legais que servem de entrepostos para o comércio ilegal, principalmente de produtos falsificados. Essas lojas vendem diretamente ao ambulante uma carteira grande de mercadorias, como óculos de grau e de sol; guarda-chuvas, cintos, relógios, pilhas, lápis e canetas; gorros e bonés; acessórios para celulares; calculadoras portáteis, brinquedos (principalmente bonecas) e bolsas.

No Mercado popular do Centro, como é chamado oficialmente o camelódromo da Rua Uruguaiana, é vendida boa parte dos produtos pirateados ou contrabandeados do Paraguai. Ali ficam concentradas bancas de CDs, acessórios de informática, fitas de vídeo, DVDS e cartuchos de jogos, tanto para computadores como para videogames.

Segundo a Guarda Municipal do Rio, existem atualmente no município 2.140 ambulantes trabalhando legalmente nas ruas e pelo menos mil em situação irregular. Foram estes últimos que vendem produtos de procedência duvidosa, que transformaram o Centro da cidade numa praça de guerra em 2003. Até 15 de dezembro do ano passado, foram registrados 51 conflitos graves na cidade envolvendo guardas e ambulantes. Desses, 34 aconteceram no Centro, causando um prejuízo incalculável para o comércio.

- **As querelas entre o Governo do Estado e o Municipal:**

Para viabilizar a construção da Linha Três do Metro que ligará o Rio a Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, o Governo do Estado intentava vender 3.000 m² de terrenos onde estava instalado o Camelódromo da Rua Uruguaiana.

- **Novos conflitos com o Governo Municipal:**

Em 2003/4, os conflitos entre os camelôs e a Guarda Municipal, criaram um clima de violência no centro do Rio de Janeiro, obrigando o comércio formal a fechar as portas e fossem interditas algumas ruas, deixando nove pessoas feridas e oito carros foram danificados. O conflito teria tido origem na apreensão de mercadorias piratas.

Em 04 de janeiro de 2004, segundo matéria publicada em O Globo deste dia, o conflito entre ambulantes e a fiscalização da prefeitura do Rio tinha deixado dois guardas mortos e 80 feridos. Entre os ambulantes, 21 se feriram. Também ficaram feridas 12 pessoas sem ligação com os conflitos. Os confrontos aconteceram principalmente na Avenida Rio Branco e nas Ruas da Uruguaiana, do Ouvidor e do Rosário, além do Largo da Carioca.

Numa tentativa de oferecer uma alternativa de empregos para os ambulantes sob uma forma controlada e sucupizada, além de produtos a melhor preço para a população de menores rendas, outros mercados populares foram criados fora do centro da cidade.

OUTROS CAMELÓDROMOS:

O programa de construção de Mercados Populares foi idealizado pela Prefeitura do Rio com o objetivo de criar espaços organizados e padronizados para o funcionamento adequado do comércio de ambulantes. A



infra-estrutura é composta por banheiros, instalações elétricas, hidráulicas e telefonia, iluminação, áreas de circulação e de convivência, boxes, além de depósitos e setores administrativos. Os mercados populares oferecem condições dignas de trabalho aos ambulantes e recupera os espaços das calçadas para os pedestres. São eles:

- . MERCADO POPULAR DE CAMPO GRANDE.
- . MERCADO POPULAR DE BANGU.
- . MERCADO POPULAR DA TIJUCA.
- . MERCADO POPULAR DA CIDADE DEUS.
- . MERCADO DE MADUREIRA.
- . MERCADO POPULAR EM SANTA CRUZ.
- . MERCADO POPULAR DA ROCINHA.
- . MERCADO POPULAR DA MARÉ.

Surge então, a necessidade de uma avaliação mais precisa destes novos objetos arquitetônicos no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro...

Bibliografia:

- AUGÉ, Marc. Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo, Papirus, 2003.
- AUGOYARD, JF. Eléments pour une théorie des ambiances architecturales et urbaines. In Les Cahiers de la Recherche Architecturales N 42/43, Ambiances architecturales et urbaines. Marseille, Ed Parenthèses, 1998.
- CHELKOFF, G; THIBAUD, J-P. L'espace public, modes sensibles. Annales de la Recherche Urbaine, N 57-58, dez. 1992 - mar. de 1993.
- GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962. Rio de Janeiro, S. Gorberg, 2003.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- JOSEPH I. L'espace public comme lieu d'action. In Les Annales de la Recherche Urbaine, n°57-58, 1992.
- LEDRUT, Raimond. Les images de la ville. Paris, Ed. Anthropos, 1973.
- LINCH, K. A boa forma da cidade. Lisboa, Ed 70. 1999.
- NORBERG-SCHULZ, C. L'Art du Lieu. Architecture et paysage, permanence te mutations. Paris, Le Moniteur, 1997.
- PENEAU, JP e JOANNE, P. Ambiances et référence du projet. In Les Cahiers de la Recherche Architecturales N 42/43, Ambiances architecturales et urbaines. Marseille, Ed Parenthèses, 1998, p 25/35.
- WOLOSZYN, P. e SIRET, D. Du complexe au simplexe. Le modèle des objets ambiants. In Les Cahiers de la Recherche Architecturales N.42 - Ambiances architecturales et urbaines. Marseille, Ed. Parenthèses, 1998, p 49/61.

Jornais:

- O Globo, da década de 80 aos nossos dias.
- JB, da década de 80 aos nossos dias.
- Extra, da década de 80 aos nossos dias.